

MEMÓRIAS PARA A HISTÓRIA DA ESCOLA SANTA HELENA - EM LAGES - ESTADO DE SANTA CATARINA

A escola municipal Santa Helena teve a sua origem ligada ao Bairro Santa Helena. Esse bairro começou a se formar por iniciativa de um loteamento, executado em área de propriedade do senhor João Arruda, um engenheiro e antigo proprietário de áreas lindeiras ao antigo Triângulo, saída sul de LAGES para a BR-116, como quem se dirigia à famosa CURVA DA MORTE.

Talvez recebidas em herança, as terras foram loteadas em duas etapas, formando o Bairro Santa Helena. Como se tratavam de áreas distantes do centro histórico da cidade, o sistema de parcelamento do solo atendia a uma das modalidades de expansão urbana da época, pondo lotes à venda aos setores da população de mais baixa renda, a baixo custo, em prestações mensais a longo prazo (até 60 meses) e em grande quantidade.

Os controles e corretagem eram feitos em uma imobiliária particular que funcionava no escritório do Sr. João Arruda, na rua Coronel Córdova, onde os compradores iam fazer os negócios e pagar as prestações, mediante recibo, quase um acerto particular, como se fazia muito no interior do município.

O loteamento era desprovido de toda infra-estrutura, oferecendo aos compradores apenas o arruamento e os piquetes demarcadores dos lotes e quadras. Em pouco tempo, mais ou menos de 1965 a 1975 milhares de lotes tinham sido vendidos e grande parte deles ocupados, inicialmente de modo rudimentar, sem alvará de construção por parte de prefeitura.

NASCE A ESCOLA SANTA HELENA

A escola foi construída através de um certo entendimento entre o incorporador imobiliário e o poder público municipal, para aumentar o interesse de compradores. Foram feitas quatro salas de aula, em madeira, um projeto padrão da época, disseminado por um programa de apoio à educação, decorrente do Plano de Metas do Governo - PLAMEG, ainda do governo Ivo Reis.

No ano de 1972, em eleições memoráveis, a oposição (antigo MDB) ganhou, depois de 40 anos de hegemonia da oligarquia RAMOS nos governos locais. No ano seguinte começava o novo governo (Administração Juarez Furtado), quando iniciou o nosso trabalho à frente da educação municipal, no antigo DEC (Departamento de Educação e Cultura) .

O Departamento era uma estrutura administrativa rasa, com uma parte administrativa e duas divisões, a Divisão de Ensino e a Divisão de Cultura.

Duas pessoas eram importantes para o reconhecimento da situação da educação, mantida pela prefeitura nessa época, o professor Asdrúbal Guedes de Souza Pinto

(então diretor de ensino efetivado, com cargo extinto quando vagasse), na ocasião em licença, e Leila Magalhães, também ocupante de cargo efetivo na administração do DEC. Havia uma organização burocrática perfeita para as condições da época e um cuidado muito grande para com a escrituração e história documental do ensino.

O desenvolvimento das atividades do ensino era bem tradicional, atendia-se às orientações emanadas da CRE (Coordenadoria Regional de Educação), cuja direção ficou quase vitaliciamente entregue ao senhor Wilson Floriani.

Os recursos para a educação eram proporcionalmente elevados no orçamento municipal, mas quase que integralmente comprometidos com o pagamento da folha de pagamento do professores e merendeiras. Para as demais atividades necessárias ao bom desempenho da educação os recursos era escassos.

Em nosso primeiro mandato frente ao DEC, de 1973 a 1977, dedicamo-nos a conhecer a realidade do ensino municipal. Visitávamos amiúde as escolas, nos reuníamos com as diretoras responsáveis pelo andamento das escolas urbanas e mensalmente tínhamos encontros com as professoras das escolas rurais, a maioria delas multisseriadas. Logo percebemos que o maior potencial eram os educadores e eles precisavam ter a melhor das atenções. Mais do que questões materiais da administração, o empenho tinha que se voltar para a qualidade do trabalho.

Durante os quatro anos, todo o esforço foi dedicado em produzir informações com os professores sobre o seu trabalho de alfabetização, pois que todas as escolas municipais eram localizadas nas periferias urbanas ou nas comunidades rurais e ofereciam o ensino básico de 1a. à 4a. séries do 1º grau.

Eram 23 escolas na zona urbana, sendo uma delas a Escola Santa Helena, e 87 escolas na zona rural. A diretora da escola na época era Maria Aparecida e sua sucessora no cargo foi Maria Auxiliadora (Dorita), tendo como vice diretora a Elenice. Buscando a qualidade do ensino, eram promovidos encontros pedagógicos, onde se discutiam e testavam materiais e práticas de ensino.

Para ir acompanhando o trabalho diretamente nas escolas, foram se constituindo grupos de supervisores de ensino, que colhiam as experiências postas em prática, avaliavam com as diretoras, discutiam com os professores e retornam ao departamento para uma sistemática avaliação.

Os serviços educacionais com o tempo foram se completando com os professores de educação física, cujo papel era o de estimular o aparato físico das crianças para as atividades docentes.

Também com o tempo, os edifícios escolares foram recebendo cuidados, adaptando-se para acolher novas turmas a cada ano letivo e marcando a presença dos prédios escolares no meio da comunidade.

Após esses primeiros quatro anos de trabalho, havia uma ambiente de aceitação para uma nova empreitada, mais arrojada, na direção de uma sistematização da educação municipal que contivesse uma marca diferente na direção de um ensino público popular, voltado aos segmentos mais escanteados da sociedade.

A ESCOLA DO POVO

As eleições de 1976 foram um marco significativo na história política do município de Lages. O prefeito eleito, Dirceu Carneiro, recebeu sozinho mais votos do que todos os outros cinco candidatos a prefeito.

Essa confiança popular, permitiu a formação de uma equipe de governo jovem, com idéias inovadoras, que se reunia habitualmente para discutir formas alternativas de governo popular, numa clara opção política de voltar a ação do poder público para as camadas mais pobres da população. Grande parte do integrantes do secretariado municipal tinha uma história de resistência política ao modelo sócio-político-econômico implantado na era dos governos militares no país.

Em todas as esferas de governo municipal se procuravam programas diferenciados de ação, de modo que ficasse bem caracterizado um governo popular. E nesse período surgiram políticas pioneiras de habitação popular, de apoio ao pequeno proprietário rural, de saúde popular, atendimento à criança, cultura popular, de formas de participação comunitária em todos os eventos administrativos, vislumbrando-se na época já modos de se tornar público o debate sobre o orçamento público municipal, a fim de levar a ação da prefeitura para onde a vontade da população orientasse, vontade essa conhecida através de reuniões públicas nos bairros.

Para a educação, nosso imaginário caminhava nessa direção popular. Discutíamos e queríamos uma educação nas escolas municipais que fosse capaz de oferecer às crianças, filhas do povo, formas de fazê-las crescer como homens e cidadãos, livres, desembaraçados, e que tivessem forças para se confrontarem na sociedade contra todas as matizes de discriminação, impostos pelos setores hegemônicos e mandatários vigentes. Com o tempo, foi surgindo uma forma de sistematização.

Descobrimos três eixos fundamentais que sempre estariam como holofotes iluminando os caminhos: a saúde, a expressão e as formas cooperativas de trabalho.

A saúde, porque é condição básica para o homem se sentir seguro, é infra-estrutura de tudo, da vida e de tudo o que ela precisa para se manter. A expressão, porque o povo necessita de externar os seus sonhos, a sua fantasia, ele precisa preceder toda a produção com imaginação criativa, que passa pela sua capacidade de expressar-se. Formas cooperativas de trabalho, porque não há como fazer história a não ser pelo processo produtivo, mas era fundamental se perceber um produto cooperativo, fazendo-se tudo o que é necessário mas juntos, como é a construção social, superando essas formas todas agressivas de competição que marginaliza e segrega os mais franzinos, incautos e os inocentes.

Com esses eixos, disseminados pelos imaginários dos educadores, as escolas pouco a pouco foram se organizando de modo a construir materialmente aquelas idéias pedagógicas. Deixados à sua criatividade, os educadores também foram encontrando maneiras de ensinar a expressão - que reunia todos os conhecimentos curriculares do ensino da língua portuguesa, do aprimoramento físico-motor, a dança, o canto, o teatro, o jogo; a tomada da saúde permitiu a

compreensão dos conhecimentos das ciências e das melhores práticas de prevenção de doenças e sua cura, a recuperação de modos populares dessas práticas, a descoberta de remédios caseiros, o conhecimento da flora medicinal; a tomada das formas cooperativas de trabalho deram origem a oficinas de arte e de produção, onde os professores com certa habilidade manual, artesãos e trabalhadores, dotados de conhecimento prático no manejo de ferramentas e materiais, foram desenvolvendo com as crianças um sem número de atividades produtivas, reconhecendo-se como produtores e artífices de alguma obra, algum produto.

As atividades convencionais de ensino se mesclavam com as atividades alternativas das oficinas. Ao lado disso, as crianças e os educadores foram construindo um espaço de liberdade e de criação, estimulador, prazeroso, onde as relações eram amistosas e permissivas da melhor condição do fazer humano.

Meu depoimento é de que esse foi um dos melhores períodos de nossas vidas como educadores, tínhamos uma consciência política de que construíamos uma obra histórica para conosco, para aquelas crianças, para os seus pais e marcávamos uma presença do poder público que ele deve ter - estar à disposição das maiorias populares e, mais particularmente quando os modelos vigentes de organização social são marginalizadores dos pobres e dos portadores de limites. A educação tem que reconhecer que o seu papel social é o de libertar o homem e portanto o trai quando se organiza sobre as formas que reforçam a discriminação de classe e todas as demais. Foi um tempo feliz e do qual temos saudades.

DEPOIMENTO DE MANUEL NUNES DA SILVA NETO,
Diretor do Departamento de Educação e Cultura, de 1973 a 1978,
Secretário Municipal de Educação, de 1979 a 1983, da Prefeitura do Município de Lages,
Estado de Santa Catarina, pelos 25 anos da Escola Básica Santa Helena.

Curitiba, 24 de Novembro de 1995.